

PROCESSO: TCE-RJ Nº 201.639-2/23

ORIGEM: PREFEITURA MIRACEMA

ASSUNTO: CONSULTA

INTERESSADO: ADRIANO DE OLIVEIRA DAIBES – CONTROLADOR GERAL DE MIRACEMA

EMENTA. CONSULTA. RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA REALIZADOS POR FUNDOS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS E PODER LEGSLATIVO. RESTITUIÇÃO AOS COFRES DA PREFEITURA. CONHECIMENTO DA CONSULTA. COMUNICAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Versam os autos sobre **CONSULTA** formulada pelo Controlador Geral do Município de Miracema, Sr. Adriano de Oliveira Daibes, com vistas a sanar dúvidas quanto à obrigatoriedade, ou não, de restituição, aos cofres da prefeitura, do produto do Imposto de Renda Retido na Fonte realizada pelos fundos, autarquias, fundações municipais, bem como pelo Poder Legislativo, nos pagamentos de salários e subsídios dos servidores e nas retenções efetuadas de pessoas físicas ou jurídicas prestadores de serviços, conforme transcrito a seguir (peça 1):

I – A retenção do Imposto de Renda, realizada pelos Fundos, Autarquias e Fundação Municipais, bem como as realizadas pelo Poder Legislativo Municipal, nos pagamentos de salários de servidores e subsídios e as retenções efetuadas de pessoa física ou jurídica prestadores de serviços, devem ser restituídos aos cofres da Prefeitura, quando se tratar de fonte de recursos transferidos por esta? (grifo do autor)

Em atendimento ao despacho saneador de 02.02.23 (peça 4), a Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, por intermédio da Coordenadoria de Análise de Consultas e Recursos – CAR, em 16.06.23 (peça 6), ratificada pela Subsecretaria de Controle de Contas e

Gestão Fiscal – SUB-Contas, apreciando o teor da presente Consulta, sugeriu a seguinte proposta de encaminhamento:

Face o exposto, sugere-se:

1. O CONHECIMENTO da presente consulta;

2. A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao consulente, dando-lhe ciência da decisão desta Corte, consignando a seguinte tese:

- A Câmara Municipal, as fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Município, bem como os fundos especiais deste, devem recolher, ao tesouro municipal, o produto da arrecadação do imposto incidente sobre os rendimentos por eles pagos a servidores, vereadores, bem como a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação serviços ou fornecimento de bens, em conformidade com o art. 158, inc. I, da Constituição Federal.

Após regular trâmite, a ilustre Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – PGT analisou o questionamento apresentado, nos moldes do parecer datado de 20.07.23 (peça 8), da lavra da Procuradora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Sra. Joana Tavares da Silva, consignando a seguinte conclusão:

Diante do exposto, acompanho o entendimento manifestado pelo Corpo Instrutivo desta Corte e sugiro o **conhecimento** da consulta, bem como a ciência do consulente acerca da resposta à sua indagação, nos seguintes termos:

- A Câmara Municipal, as fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Município, bem como os seus fundos especiais, devem recolher, ao tesouro municipal, o produto da arrecadação do imposto incidente sobre os rendimentos por eles pagos a servidores, vereadores e a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação serviços ou fornecimento de bens, em conformidade com o art. 158, inc. I, da Constituição Federal.

Posteriormente, os autos foram submetidos à apreciação do Procurador-Geral da PGT em 25.07.23 (peça 9), o qual ratificou o mencionado parecer.

A seu turno, o douto Ministério Público de Contas – MPC, em 26.07.23 (peça 12), representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, se manifestou em concordância com o parecer exarado pela CAR e pela PGT.

Eis o Relatório.

Preliminarmente, em relação à admissibilidade da Consulta, reporto-me à análise empreendida pela CAR, aderindo à proposta no sentido de seu conhecimento, posto que formulada por parte legitimada, com indicação de seu objeto de forma clara e sem o

apontamento de caso concreto, em conformidade com o que dispõem os arts. 98 a 102 do Regimento Interno desta Corte - RITCERJ.

Por sua vez, depreende-se que o Consulente deixou de encaminhar o parecer jurídico sobre o tema da consulta, sendo certo que este documento deve instruir o processo, sempre que possível, com fulcro no parágrafo único do art. 100 do RITCERJ.

No entanto, a ausência desse parecer, conforme observado pela Unidade Especializada, não prejudicou a compreensão do objeto da consulta, não se vislumbrando que o interessado tenha pretendido substituir a atividade de assessoria jurídica da municipalidade pela atuação desta Corte de Contas. Dessa forma, consoante diversos precedentes desta Corte, entendo que a ausência do parecer pode ser relevada.

Ultrapassadas essas questões preliminares e presentes os requisitos de admissibilidade, **adentro na análise do mérito** propriamente dito desta Consulta.

Quanto ao tema central, o Consulente questiona se a Câmara Municipal, as fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Município, bem como os seus fundos especiais, devem recolher aos cofres da Prefeitura os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre os pagamentos de salários dos servidores e subsídios, bem como sobre as retenções efetuadas de pessoas físicas e jurídicas contratadas para a prestação de serviços e fornecimento de bens, em observância ao disposto no art. 158, I, da Constituição Federal.

De início, trago à baila a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal- STF no julgamento RE 1293453/RS¹, com repercussão geral (Tema 1130), no sentido de que *“Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal”*.

Desse modo, como bem pontuou o Corpo Técnico, *“não resta dúvida de que cabe aos Municípios, além da receita decorrente da incidência do imposto de renda sobre os rendimentos pagos por si e suas autarquias e fundações aos seus servidores, o produto da arrecadação daquele tributo no tocante aos rendimentos por eles destinados a pessoas físicas*

¹ STF. RE 1293453/RS. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Julgado em: 08.10.21.

ou jurídicas contratadas para a prestação serviços ou fornecimento de bens, em conformidade com o art. 158, inc. I, da Lei Maior”.

A CAR, diligentemente, prosseguiu analisando a questão sob a ótica da obrigatoriedade do recolhimento ao tesouro municipal, por parte das unidades responsáveis, dos recursos referentes ao produto da arrecadação do imposto de renda, conforme segue (peça 6):

Quanto aos fundos municipais, como é cediço, na dicção do art. 71 da Lei nº 4.320/64², são fundos especiais, que se caracterizam como instrumentos de afetação de receitas a determinados objetivos e serviços compreendidos na competência do Município, utilizados para ampliar a sua capacidade operacional na prática da desconcentração da própria Administração Direta.

Logo, os fundos a que se reporta o consulente integram a estrutura do Município, razão pela qual são alcançados pelo art. 158, inc. I, da CRFB. Ou seja, os valores retidos do imposto de renda sobre os rendimentos por eles pagos, a qualquer título, pertencem ao Município.

No tocante às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município, por expressa previsão do art. 158, inc. I, da Constituição Federal, tais entidades devem recolher as receitas que decorrerem da arrecadação do imposto incidente sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, ao caixa do Município, não havendo qualquer ressalva quanto à fonte dos recursos utilizados.(...)

Na parte atinente ao dever de recolhimento da receita relativa ao imposto de renda retido sobre os rendimentos pagos pela Câmara a seus servidores, vereadores e contratados para a prestação de serviços e fornecimento de bens, aplica-se o mesmo entendimento, na medida em que o Poder Legislativo está compreendido no art. 158, inc. I, da CRFB, já que se trata de ente da municipalidade.

Ademais, em razão da precisa e exauriente exposição quanto à matéria, destaco trecho da análise efetuada pela PGT, que, assim como as bem fundamentadas análises da CAR e do douto Ministério Público de Contas, integram o presente voto por identidade de fundamentação (peça 8):

Como se sabe, a Constituição Federal determina ser de competência da União Federal a instituição do IR. No entanto, ao tratar sobre a repartição das receitas tributárias, previu a Carta Maior que, nas situações em que os Municípios, diretamente, ou por suas autarquias e fundações, figurarem como fontes pagadoras de rendimentos ou proventos será a estes entes federativos a quem pertencerá o produto da arrecadação desse imposto. É o que estabelece o seu art. 158. Vejamos:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

² Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, **sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;**

Entendo que o teor literal do art. 158, inc. I, da Constituição Federal seria capaz e suficiente para responder à indagação do consulente, já que a Constituição ao fazer referência ao termo “municípios” o faz no mesmo sentido de “Poder Executivo Local” que é personificado no que comumente chamamos de “Prefeitura”, sendo esta compreendida como órgão arrecadador desse ente da Federação.

Assim sendo, o Poder Legislativo, bem como os fundos, fundações e autarquias municipais devem sim devolver, aos cofres da Prefeitura, o produto da arrecadação do imposto incidente sobre os rendimentos por eles pagos tanto a servidores e vereadores, como a pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços.

A conclusão acima é corroborada pelo teor da resposta à consulta formulada nos autos do Processo TCE-RJ nº 212.254-7/01, como bem apontado pela CAR, em que esta Corte firmou entendimento pela necessidade de devolução ao Executivo Municipal do recolhimento na fonte do IR pago por outros órgãos do ente federativo. [...]

Além da decisão acima destacada, proferida no âmbito do TCE-RJ, reforça e atualiza o mesmo entendimento de que a retenção na fonte de IR deve ser repassada ao Executivo Municipal o recente acórdão proferido no RE 1293453/RS, em 08/10/2021, com repercussão geral (Tema 1130), em que o STF firmou o entendimento de que ***“Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.”*** Não, resta, portanto, dúvida acerca da necessidade de repasse do IR retido na fonte ao Tesouro Municipal pelos demais órgãos municipais (grifo do autor).

Por todo o exposto, posiciono-me **DE ACORDO** com a proposta da proeminente Coordenadoria de Análise de Consultas e Recursos, ratificada pela distinta Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB-Contas, com a ilustre Procuradoria-Geral deste Tribunal e com o douto Ministério Público de Contas, razão pela qual:

VOTO:

I. Pelo **CONHECIMENTO** da presente consulta;

II. Pela **COMUNICAÇÃO** ao Consulente, nos termos do artigo 15, I, do RITCERJ, dando-lhe ciência da decisão desta Corte, consignando a seguinte tese:

A Câmara Municipal, as fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Município, bem como os fundos especiais deste, devem recolher, ao tesouro municipal, o produto da arrecadação do imposto incidente sobre os rendimentos por eles pagos a servidores, vereadores, bem como a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação serviços ou fornecimento de bens, em conformidade com o art. 158, I, da Constituição Federal.

III. Pelo ARQUIVAMENTO dos autos.

CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO

Documento assinado digitalmente